

Nossa Experiência no Arquivo Público

*Ana Maria Soares Martins de Araújo
Neusa Rosane Damiani Nunes*

Era agosto de 1978 e neste mês as Universidades Federal e Estadual divulgavam através de cartazes nos corredores dos cursos de Biblioteconomia e Documentação a necessidade de bolsistas dessa área para estagiarem no Arquivo Público do Estado. Estávamos na terceira fase do curso, iniciando o profissionalizante, quando decidimos que já era hora de propiciarmos a complementação do ensino e aprendizagem, acelerando o desenvolvimento profissional com estágios compatíveis com a nossa formação acadêmica e por outro lado, contribuímos para a execução e dinamização das atividades organizacionais das nossas Bibliotecas e Arquivos. Com essa visão, resolvemos nos inscrever na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis como candidatas a estagiar no Arquivo Público do Estado. Já inscritas, o novo passo seria conhecer o órgão onde pretendíamos estagiar.

No dia quinze de agosto de 1978 fomos em grupo de três pessoas à rua Felipe Schmidt nº 119 no prédio de três andares onde estava sediado o Arquivo Público e que serve como sua sede até os dias de hoje. Para nossa surpresa deparamos com um acervo de documentos e livros desorganizados, muitos até amontoados pelo chão sem qualquer instrumento de busca que pudesse facilitar o acesso à informação contida nessa massa documental. Neste período, estava na direção do Arquivo Público o bacharel em Direito Dr. Vilmar Pacheco que possuía uma grande vontade de agilizar e iniciar a organização da documentação, através de técnicas apropriadas de acordo com o que preconiza a Arquivologia. Porém, o Arquivo não possuía profissionais da área e isto dificultava o devido processamento técnico da documentação, que há anos estava armazenada em vários locais desapropriados à mercê de sua própria sorte. Nesta época, a casa contava apenas com poucos funcionários, voluntariosos, mas sem nenhuma preparação técnica e sequer supervisão de um profissional habilitado. Procuravam ordenar a documentação da maneira que lhes parecia conveniente e certo porém, sem lhes caber qualquer culpa, pois o desconhecimento das técnicas arquivísticas impossibilitava a devida organização e com isto o Arquivo sofria as conseqüências.

Fonte de esclarecimentos de nossa origem, de nossa história, de nossa cultura, o Arquivo Público estava completamente distanciado da comunidade

e da própria administração estadual que poderiam utilizá-lo para buscas de provas e documentos de interesse legal e administrativos e aos historiadores nas suas investigações históricas. Éramos ao todo seis estagiários, umas bolsistas pela Fundação MUDES (Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social) e outras pela própria Secretaria da Justiça/UFSC e também a UDESC, que contribuiu com o Arquivo nesta época fornecendo bolsistas.

Ansiávamos por participar da organização do Arquivo, servindo como elemento dinamizador de idéias, colaborando também para uma aproximação com a comunidade. Porém, pela falta de uma estrutura organizacional do Arquivo Público, não havia nenhum instrumento documental que pudesse nos orientar na sua organização. Na qualidade de estagiários era difícil montar um Plano de Trabalho eficaz que comportasse a realidade do órgão. A responsabilidade era grande, pois o diretor deixou a nosso cargo todas as iniciativas e medidas a serem tomadas para a agilização organizacional do Arquivo. Logo, partimos para o conhecimento do acervo, passo primordial para uma possível escolha dos métodos a serem adotados na organização da massa documental ali existente.

Resolvemos dar início ao arranjo dos documentos do Fundo Cartorial, composto de certidões de nascimento, casamento, óbito e imóvel do Estado datados desde 1929. Para uma classificação correta foi necessário um estudo das alterações verificadas na Divisão Territorial, apresentado na Sinópsse Preliminar do Censo Demográfico de Santa Catarina, com o objetivo de constatar possíveis mudanças da denominação da categoria (município e distrito).

Em dezembro de 1978 nosso contrato de estágio terminava, porém precisávamos continuar nossa tarefa de organizar o Arquivo. Saíram nossos colegas, novos estagiários foram contratados e lá estávamos nós duas solicitando nova bolsa de estágio para o Arquivo.

Março de 1979, iniciávamos a organização dos documentos do período republicano dos diversos órgãos do Estado, adotamos um método de organização respeitando o fundo documental, e lá se foi mais uma etapa vencida. Deparamos com muitos problemas ao iniciar o processamento técnico da documentação primária; em primeiro lugar, o não conhecimento da evolução administrativa do Estado, com todas as suas mudanças, dificultava a codificação dos documentos, tendo em vista que muitas repartições haviam sido extintas e outras criadas mas, para o mesmo fim e que deveriam formar um só fundo documental. Portanto, dúvidas foram o que não faltaram na decisão do método a ser adotado, mas bibliografias sobre Arquivo existem, e foram elas a nossa tábua de salvação. Nesta época, o Arquivo juntamente com a Secretaria

da Justiça promovia um curso de Técnicas de Arquivo, ministrado pela Profª Regina Vieira coordenadora do curso de Arquivologia do Rio de Janeiro, participamos do curso e novas idéias surgiram e logo foram colocadas em prática para o desenvolvimento do Arquivo.

Era dezembro de 1979, terminávamos o curso de Biblioteconomia, veio nossa formatura e nos tornamos então bacharéis em Biblioteconomia. Logo para reconhecimento de nosso trabalho fomos contratadas pela Secretaria da Justiça como bibliotecárias para o Arquivo Público. Agora, já com experiência e conhecimento do acervo, era necessário dar início ao processamento técnico dos documentos do século XVIII e XIX que vinham sendo constantemente solicitados pelos pesquisadores para elaboração de suas teses. Decidimos para tal, elaborarmos um Plano de organização para o ano de 1980, que foi concretizado logo após a aprovação da direção e conhecimento do secretário da justiça Dr. Neudy Primo Massolini.

O Arquivo estava gradativamente alcançando seus objetivos: “Recolher, guardar, conservar, organizar e divulgar os documentos arquivados de valor legal administrativos ou permanente, oriundos dos Poderes do Estado ou de origem particular”; e isto nos deixava cada vez mais confiantes e com esperança de que um dia ele se tornaria um organismo vivo, dinâmico e que pudesse servir como fonte de pesquisa histórica e contribuir para a memória catarinense.

Nos anos seguintes vários instrumentos de trabalho foram elaborados, entre eles podemos citar: manual de serviços, tabela de codificação, além dos índices e catálogos para a recuperação da informação contida nos documentos. Todos os passos dados para a organização do Arquivo, certos ou não, estão devidamente registrados em nossos relatórios, pois desejamos deixar aos futuros responsáveis por este Arquivo, documentos de trabalho, para possível compreensão de tudo que foi feito e para uma continuação racional do trabalho iniciado por nós.

Em 1983 com a posse do diretor Prof. Iaponan Soares de Araújo e de novos funcionários, novos projetos de trabalho foram realizados para a modernização do Arquivo Público, como por exemplo indexação de documentos do Fundo Câmara Municipais e Engenheiros e a instalação do Setor de Encadernação.

Um dos compromissos do governo quanto à cultura vem a ser a Preservação da Memória Cultural. O Arquivo Público a partir de 1983, deu grande ênfase a este aspecto, recolhendo documentação de grande valor histórico em diversos órgãos do governo e transferindo-a para suas instalações, na qual vem sendo organizada, preservada e disseminada para servir como fonte e base de informações e pesquisa histórica. Nesse mesmo ano foram mantidos

contatos com instituições federais e municipais com vista a fornecer bolsas de estágio sem ônus para o estado, resultando na concessão de treze bolsas para o possível desenvolvimento de todos os projetos do Arquivo. Ainda em 1983 foram realizadas neste órgão várias pesquisas para fim de publicações, deste modo podemos constatar o quanto esta instituição pode e vem contribuindo para a memória catarinense. Com o objetivo de reciclagem e atualização profissional de seus funcionários, o Arquivo também teve a participação em Congressos e Seminários, propiciando a todos que participaram conhecimento de outras realidades de Arquivo.

No ano de 1984 o Arquivo Público continuou seu programa com mais intensidade do que vinha realizando nos anos anteriores, além do serviço de organização técnica do Arquivo, outras atividades foram realizadas, destacando a instalação do Setor de Restauração com um Curso sobre “Iniciação às Técnicas de Restauração e Conservação de Documentos”. Também em 1984, foi promovido o 1º Encontro de Arquivos Catarinenses, reunindo arquivistas, historiadores e bibliotecários com o propósito de discutir e identificar as dificuldades do setor, bem como estimular o intercâmbio de experiências profissionais e possibilitar um maior aperfeiçoamento na organização do acervo arquivado através do questionamento dos diferentes métodos e técnicas possíveis de adequação.

1984, foi um ano de muitas conquistas, pois através de muito trabalho, o Arquivo conseguiu realizar a sua primeira publicação intitulada “Sesmarias concedidas por Manuel Escudeiro Ferreira de Souza — 1753” “Coleção José Arthur Boiteux” e elaborar os “Anais do I. Encontro de Arquivos Catarinenses”.

Estamos em 1985 e para este ano elaboramos um Programa de Atividades Culturais onde constam as exposições que estão sendo organizadas mensalmente sobre diversos temas de interesse para a comunidade, com o objetivo de divulgar e demonstrar ao povo catarinense, a documentação existente nesta instituição e atrair o público para o conhecimento de suas origens.